



SENADO FEDERAL

MENSAGEM Nº 21, DE 2004

Senhores Membros do Senado Federal,

De conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossas Excelências a escolha, que desejo fazer, do Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

Os méritos do Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira, que me induziram a escolhê-lo para o desempenho dessa elevada função, constam da anexa informação do Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 29 de janeiro de 2004. – **José Sarney**.

EM Nº 19 DP/DSE/SGEX/AFEPA/G
MRE-APES

Brasília, 23 de janeiro de 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

De acordo com o art. 84, inciso XXV, da Constituição, e com o disposto no art. 56, do Regulamento de Pessoal do Serviço Exterior, aprovado pelo Decreto nº 93.325, de 1º de outubro de 1986, bem como no art. 53, do anexo I ao Decreto nº 4.759, de 21 de junho de 2003, submeto à apreciação de Vossa Excelência a anexa minuta de Mensagem ao Se-

nado Federal destinada à indicação do Senhor Mauro Luiz Iecker Vieira, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Quadro Permanente do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Argentina.

2. Encaminho, igualmente em anexo, informação sobre o País e **curriculum vitae** do Embaixador Mauro Luiz Iecker Vieira que, juntamente com a mensagem ora submetida à apreciação de Vossa Excelência, serão apresentados ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente, – **Celso Luiz Nunes Amorim**.

INFORMAÇÃO CURRICULUM VITAE

MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE MAURO LUIZ IECKER VIEIRA

RG: 5334 MRE

CPF: 366 501 297 04

Niterói/RJ, 15 de fevereiro de 1951. Filho de Mauro Vieira e Noêmia Iecker Vieira. Bacharel em Direito, pela Universidade Federal Fluminense (UFF), 1973. Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco/MRE, 1973/1974. "Lower Certificate in English", Universidade de Cambridge. "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Michigan, em Ann Harbor. "Certificate of Proficiency in English", Universidade de Cambridge. "Certificat Pratique de Langue Française" – Université de Nancy – France. "Diplôme d'Etudes Françaises de l'Université de Nancy – France.

Terceiro Secretário, 21 de novembro de 1974.

Segundo Secretário, antigüidade, 12 de junho de 1978.

Primeiro Secretário, merecimento, 17 de dezembro de 1980.

Conselheiro, merecimento, 29 de junho de 1987.

Ministro, merecimento, 25 de junho de 1993.

Embaixador, merecimento, 17 de dezembro de 1999.

Assistente do Chefe da Divisão de Política Financeira, 1975/77.

Coordenador, Substituto, da Coordenadoria de Atos Internacionais da Secretaria-Geral, 1985.

Assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1985.

Secretário de Modernização Administrativa do Ministério da Ciência e Tecnologia, 1985

Secretário-Geral Adjunto do Ministério da Ciência e Tecnologia, 1986/1987.

Secretário Nacional de Administração do INPS do Ministério da Previdência e Assistência Social, 1987/1988.

Assessor do Chefe do Departamento Cultural, 1989.

Assessor do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1992

Introdutor Diplomático do Ministro de Estado das Relações Exteriores, 1993/1994

Chefe de Gabinete do Secretário-Geral das Relações Exteriores, 1999/2002.

Chefe de Gabinete do Ministro de Estado das Relações Exteriores, janeiro 2003.

Designado Embaixador do Brasil junto à Confederação Helvética por decreto de 11 de dezembro de 2002.

Representante do Ministério das Relações Exteriores no Conselho de Administração da Itaipu Binacional, por decreto de 20 de janeiro de 2003.

Enviado Especial do Sr. Presidente da República à Síria e Palestina para a apresentação da propos-

ta da Cúpula de Chefes de Estado da América do Sul e Países Árabes, julho de 2003.

Washington, Terceiro Secretário, 1978.

Washington, Segundo Secretário, 1978/80.

Washington, Primeiro Secretário, 1980/82.

Montevideu, Aladi, Primeiro Secretário, 1982/85.

México, Conselheiro, 1990/1992.

Paris, Ministro-Conselheiro, 1995/1999.

Condecorações:

Nacionais:

Grã-Cruz da Ordem de Rio Branco,

Grã-Cruz da Ordem do Mérito de Brasília,

Grande Oficial da Ordem do Mérito Aeronáutico,

Comendador da Ordem do Mérito Naval,

Comendador da Ordem do Mérito Militar;

Medalha do Pacificador

Estrangeiras:

Grã-Cruz da Ordem de Bernardo O'Higgins do Chile,

Grã-Cruz da Ordem da Águia Azteca do México,

Grã-Cruz da Ordem do Infante Don Henrique de Portugal,

Grã-Cruz da Ordem do Mérito Civil da Espanha,

Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito da Romênia,

Grande Oficial da Ordem de Dannebrog da Dinamarca,

Grande Oficial da Ordem de Orange dos Países Baixos,

Grande Oficial da Real Ordem do Mérito da Noruega,

Cruz de Oficial da Ordem do Mérito da República da Polônia,

Oficial da Legion d'Honneur da França. – **Eduardo Prisco Paraíso Ramos**, Diretor do Departamento do Serviço Exterior.

DADOS BÁSICOS



Nome do país: República Argentina

População: 37 milhões de habitantes (2000)

Território: 2,8 milhões km²

Cidades principais: Capital — Buenos Aires (cidade 3 milhões; área metropolitana: 12 milhões). Outras cidades — Córdoba (1,2 milhões); Rosario (950.000); Mar del Plata (900.000); Mendoza (400.000). Dados de 2000.

PIB (2003): US\$ 108,79 bilhões

(A queda real do PIB em 2002, combinada à aguda desvalorização cambial, levou a Argentina a despencar da 17ª posição no *ranking* das maiores economias do mundo, com um PIB de US\$ 285 bilhões, ao 36º ou 37º posto — dados do grupo *The Economist*).

Renda per capita (2003): US\$ 2940

Exportações (2002): US\$ 25,4 bilhões

Importações (2002): US\$ 9 bilhões

Dívida Externa (março 2003): US\$136,9 bilhões (Fonte: INDEC)

Desemprego (2003): 16,3 %

Inflação (2003): 3,7% (41% em 2002).

Crescimento econômico em 2003: 7,5%

Perspectiva de crescimento em 2004: 6,5%

Ano Base	Exportações Brasileiras*	Variação %	% do Total Exportações	Importações Brasileiras*	Variação %	% do Total Importações*	Saldo da Balança
1997	6.769,9	---	12,77	8.032,1	---	12,77	(1.262,2)
1998	6.748,2	-0,32	13,20	8.034,2	+0,03	13,92	(1.286,0)
1999	5.364,0	-20,51	11,17	5.812,4	-27,65	11,81	(448,4)
2000	6.232,7	+16,20	11,31	6.843,5	+17,74	12,25	(610,8)
2001	5.002,5	-19,74	8,59	6.205,8	-9,32	11,17	(1.203,3)
2002	2.341,8	-53,19	3,88	4.747,0	-23,51	10,05	(2.405,2)
2003	4.561,1	94,77	6,24	4.673,2	-1,48	9,68	(112,0)

* Em milhões de dólares

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

HISTÓRIA

O primeiro europeu a chegar à região que constituiria a República Argentina foi Américo Vespúcio, em 1502. O navegador português, a serviço da Espanha, Juan Díaz de Solís, visitou a região em 1516. Em 1580, a Coroa espanhola estabeleceu uma colônia permanente no local onde se ergueria Buenos Aires. Em 1776 se criou o Vice-Reino do Rio da Prata, e Buenos Aires tornou-se um porto de grande importância.

Em 25 de maio de 1810 constituiu-se a primeira junta de governo autônoma. O país declarou formalmente sua independência em 9 de julho de 1816. Após a vitória militar das forças independentistas, seguiu-se longo conflito entre grupos federais e unitários. A unidade nacional somente começou a ser assegurada com a promulgação da Constituição, em 1853.

A Argentina moderna foi forjada ao longo do século XIX devido à ação de duas forças principais: a introdução de técnicas agrícolas modernas e a consequente integração do País à economia mundial. Investimentos estrangeiros maciços e a forte imigração européia ajudaram o país a completar essa revolução econômica. Os investimentos, sobretudo britânicos, dirigiram-se preferencialmente às estradas de ferro e à modernização dos portos.

De 1880 a 1930, a Argentina se tornou um dos dez países mais ricos do mundo, graças à rápida expansão agrícola e aos investimentos estrangeiros em infra-estrutura. Forças conservadoras dominaram a política do País até 1916, quando a União Cívica Radical – partido que defendia eleições limpas e o estabelecimento de uma verdadeira democracia – venceu as eleições presidenciais, abrindo as portas para a participação política da classe média em franca expansão e de outros grupos até então excluídos das decisões.

Um golpe militar, em 1930, afastou os radicais e permitiu uma década de governos conservadores. Lançando mão da fraude e da violência, os governos da década de 30 buscaram conter as forças de mudança econômica e política (entre elas, um sindicalismo moderno e combativo) que acabaram levando à ascensão de Juan Domingo Perón.

Em 1943, novo golpe militar afastou o governo constitucional. O então Coronel Perón foi um dos líderes do golpe, e logo se tornou uma das figuras dominantes do novo governo, como Secretário do Trabalho. As eleições de 1946 consagraram-no Presidente da Nação, condição em que implementou políticas

públicas voltadas para o bem-estar da classe operária e buscou a expansão do número de trabalhadores sindicalizados. Em 1947, anunciou Plano Quinquenal baseado no crescimento das indústrias que ele próprio nacionalizara. Sua esposa, Eva Duarte de Perón (Evita), desempenhou papel-chave ao granjear apoio ao governo entre a classe operária e os desvalidos.

Perón reelegeu-se em 1952, mas novo golpe militar derrubou-o e forçou-o a exilar-se em 1955. Nas décadas de 50 e 60, sucederam-se administrações militares e civis, que tentaram, com êxito limitado, reverter o baixo crescimento econômico e as crescentes demandas trabalhistas. Quando os governos militares se convenceram de sua incapacidade de reanimar a economia e combater a insurgência nos anos 60, acabaram permitindo o regresso de Perón.

Em 11 de março de 1973, a Argentina foi às urnas, em eleições gerais, pela primeira vez em dez anos. Perón foi impedido de se candidatar, mas o eleitorado elegeu seu correligionário Héctor Cámpora. Os peronistas também conquistaram amplas maiorias na Câmara e no Senado. Cámpora renunciou em julho de 1973, o que permitiu a realização de novas eleições. Perón venceu por ampla margem e assumiu a Presidência em outubro de 1973, com sua terceira esposa, María Estela Isabel Martínez de Perón, como Vice-Presidente. Nos anos que se seguiram, extremistas à esquerda e à direita praticaram inúmeros atentados terroristas, ameaçando seriamente a ordem pública. O governo recorreu a uma série de decretos de emergência para suprimir a violência, o que lhe permitiu, inclusive, deter suspeitos, sem julgamento, por tempo indeterminado.

Perón morreu a 1º de julho de 1974. Sua esposa sucedeu-o na Presidência, mas um golpe militar a depôs em 24 de março de 1976. As Forças Armadas conduziram o governo, por meio de juntas compostas dos comandantes das três Forças, até 10 de dezembro de 1983. No período, aplicaram medidas duríssimas contra os insurgentes e contra meros suspeitos de simpatizarem com a dissidência. Acabaram, por fim, restabelecendo a ordem pública, mas a um preço altíssimo: o período é referido, na Argentina, como a “guerra suja”. Estima-se que algo em torno de 10 a 30 mil o número de “desaparecidos” entre 1976 e 1983. Problemas econômicos de monta, crescentes acusações de corrupção, indignação pública diante dos abusos contra os direitos humanos e, finalmente, a derrota na Guerra das Malvinas, em 1982 – tudo somou-se para lançar o mais completo descrédito sobre o regime militar.

Em 30 de outubro de 1983, os argentinos foram às urnas e elegeram Presidente Raúl Alfonsín, da União Cívica Radical (UCR). O novo Presidente iniciou um mandato de seis anos em 10 de dezembro de 1983. O governo radical tratou de resolver alguns dos problemas mais prementes do País, incluindo a punição aos responsáveis pelos abusos contra os direitos humanos, o estabelecimento do controle civil sobre as Forças Armadas e a consolidação das instituições democráticas. No entanto, a incapacidade do governo de resolver os sérios problemas econômicos acabou minando os esforços do Presidente Alfonsín, que deixou o cargo seis meses antes do término de seu mandato após a vitória do peronista Carlos Menem nas eleições presidenciais de 1989.

A despeito de ter defendido bandeiras caras ao populismo argentino em sua campanha, Menem levou a cabo mudanças de monta na economia do País. Não relutou, nesse propósito, em legislar por decreto sempre que o Congresso não o acompanhou em suas propostas de reforma. O chamado “Pacto de Olivos” com a UCR permitiu a reforma constitucional de 1994, que estabeleceu a possibilidade de reeleição presidencial. Menem reelegeu-se em 1995, com cerca da metade dos votos, contra outros dois candidatos de peso. Ao final de seu segundo mandato, os investidores estrangeiros começaram a desconfiar da capacidade do País de honrar sua dívida pública, sobretudo após a crise russa de 1998. Tais temores exacerbaram-se quando o déficit fiscal do País atingiu picos inéditos em 1999.

Fernando de la Rúa, da UCR, venceu o peronista Eduardo Duhalde nas eleições presidenciais de 1999, com uma plataforma anticorrupção. Ao assumir, aumentou impostos para contornar o enorme déficit fiscal que herdara, mas as medidas de austeridade sufocaram o crescimento econômico e intensificaram a recessão, diminuindo ainda mais os ingressos públicos. A incapacidade do Presidente de obter um consenso sobre a necessidade de reformas frustrou seus esforços de reativação econômica. A situação política continuou a deteriorar-se a ponto de o Vice-Presidente Chacho Álvarez renunciar em protesto contra os esforços do governo por frustrar investigações de compra de votos no Congresso.

O governo acertou um pacote de estabilização com o FMI em dezembro de 2000, mas a medida foi insuficiente para contornar a grave crise econômica. Ao longo de 2001, a produção despencou e os índices de desemprego continuaram subindo. Ao final do

ano, os correntistas dos bancos argentinos começaram a retirar seus depósitos

por temor de uma desvalorização do peso. As conseqüentes restrições ao acesso às contas bancárias tornaram explosiva a situação de insatisfação social. Seguiram-se ondas de saques a supermercados e protestos ruidosos, primeiro nas Províncias, depois na Capital Federal. De la Rúa renunciou a 20 de dezembro de 2001, após a perda de várias vidas na repressão aos manifestantes, na própria Praça de Maio.

O Congresso elegeu Adolfo Rodríguez Saá Presidente Provisório em 23 de dezembro de 2001 e convocou eleições gerais para março. Rodríguez Saá anunciou uma moratória da dívida externa mas prometeu manter a paridade entre o peso e o dólar. Foi incapaz, no entanto, de granjear apoio no seio de seu próprio partido, o que, somado aos renitentes protestos em Buenos Aires, o levou a renunciar em 30 de dezembro.

O Congresso tornou a eleger um Presidente provisório, desta vez Eduardo Duhalde, em 1º de janeiro de 2002. Em contraste com seus antecessores, Duhalde abandonou a paridade peso-dólar, ao que se seguiu a depreciação do valor do peso e um breve surto inflacionário. A economia acabou por se estabilizar gradualmente.

Nas eleições presidenciais de abril e maio de 2003, Duhalde emprestou seu apoio ao até então pouco conhecido Governador de Santa Cruz, Néstor Kirchner, que se tornou o segundo candidato mais bem votado no primeiro turno. Com a desistência de Carlos Menem de disputar o segundo turno, Kirchner se tornou o novo Presidente da Nação Argentina, cargo que assumiu em 25 de maio de 2003.

POLÍTICA INTERNA

Passados oito meses da posse de Néstor Kirchner, os mesmos círculos que vaticinavam um presidente débil hoje reclamam de supostos impulsos hegemônicos do mandatário argentino. A observação é do Chefe do Gabinete de Ministros, Alberto Fernández, e retrata bem o contraste entre as expectativas após Carlos Menem desistir de disputar o segundo turno – o que transformou Kirchner no Presidente eleito com o menor número de votos na história da democracia argentina – e a realidade de um governo que vai logrando vitórias expressivas em todas as batalhas travadas e acumula índices de popularidade bastante consideráveis.

O risco de se concretizarem as previsões de um Governo débil, resultado dos poucos 22% dos votos

angariados no primeiro turno, levou o Presidente, nos primeiros meses de gestão, a dirigir todas as suas energias a um exercício de construção de poder. Por meio de gestos de intensa repercussão mediática, quase sempre marcados pela postura de confronto contra símbolos visíveis das mazelas argentinas, Néstor Kirchner estabeleceu sua reputação de mandatário capaz de exercer a plenitude de suas faculdades presidenciais.

Já na primeira semana de Governo, o Presidente Kirchner deixou clara sua intenção de enfrentar a questão da impunidade dos crimes praticados por membros das Forças Armadas durante a ditadura militar de 1976-1983. Lançando mão da prerrogativa de nomear livremente o Comandante de cada força, o mandatário argentino promoveu ampla reformulação na cúpula militar.

Após essa primeira investida contra o legado de impunidade da ditadura, Kirchner voltou-se contra a impopular Corte Suprema de Justiça – ou, mais precisamente, contra a “maioria automática” que durante uma década garantiu a colaboração do Judiciário com o projeto menemista. Com o pretexto de responder a ameaça do Presidente do colegiado, Julio Nazareno, de prolatar sentença desfavorável ao Estado argentino sobre a pesificação de depósitos, o presidente reativou o juízo político contra o magistrado. Após intensa pressão, conseguiu que o juiz renunciasse a seu cargo. Também por pressão da Casa Rosada, o magistrado Guillermo López renunciou a seu cargo e Eduardo Moliné O'Connor foi suspenso de suas funções.

Vencida essa batalha, Kirchner tornou a investir contra o legado da ditadura. Primeiro, revogou decreto do ex-Presidente De la Rúa que impedia a extradição de militares argentinos por abusos contra os direitos humanos cometidos durante a ditadura. Em seguida, obteve do Congresso a declaração de nulidade das “leis de perdão” promulgadas durante o Governo Alfonsín, que anistiarão os militares envolvidos na repressão.

Muito embora, do ponto de vista jurídico, a medida seja de eficácia duvidosa, contribuiu para fortalecer consideravelmente o presidente, já que a simples possibilidade de reabertura dos processos arquivados foi ao encontro de anseios arraigados do povo argentino. Com as nomeações de novos juizes para a Corte Suprema, Kirchner pretende obter do máximo

tribunal um pronunciamento favorável à nulidade das leis de perdão, desta vez de uma instância judicial.

Renegociação da Dívida Externa

A vitória mais significativa para esse projeto de fortalecimento da autoridade presidencial veio com a conclusão exitosa das negociações com o FMI para a reestruturação da dívida argentina junto ao organismo, em setembro. Após tratativas em que não faltaram momentos de tensão e apostas arriscadas – como a decisão de Kirchner de não pagar parcela de US\$2,9 bilhões como forma de pressionar o fundo a aceitar um acordo nos termos argentinos –, o mandatário argentino anunciou que o organismo havia cedido às principais exigências de Buenos Aires: notadamente a exigência de superávit primário não superior a 3% para o exercício de 2004.

Ao lograr reprogramar a dívida com as entidades multilaterais por três anos, Kirchner conseguiu eliminar, num horizonte que se estende por quase todo o seu mandato, grande parte das incertezas que cercavam seu governo. Mais: sinaliza ao mercado que a Argentina não interromperá a trajetória de recuperação – o país cresceu 7,5% em 2003 e estima-se que deve crescer 6,5% em 2004 – e fortalece sua tese de que a solvência do país depende mais de sua capacidade de crescimento do que de receitas de austeridade.

A Argentina ainda tem pela frente negociações igualmente difíceis para a reestruturação de sua dívida privada, mas a assinatura de acordo com o FMI representou, em si, importantíssimo ganho de capital político e de popularidade para o presidente, sobretudo pela postura dura que assumiu nas negociações.

Economia e Comércio

Com o fim da conversibilidade, a desvalorização do peso e a retenção forçada de depósitos, em 2002, o Produto Interno Bruto argentino caiu 10,9%; a inflação acumulada no ano alcançou 39,5%; o fim da paridade cambial não impediu a queda das exportações, que atingiram o valor de US\$25,34 bilhões (5% a menos que em 2001); as importações sofreram queda sem precedentes: US\$8,98 bilhões, 56% a menos que em 2001; o desemprego manteve-se acima da casa dos 20%.

A gestão de Roberto Lavagna à frente do Ministério da Economia e a manutenção por Kirchner de um modelo voltado ao crescimento baseado nas exportações vêm ajudando o País a recuperar-se gradativamente. O pior da crise parece ter ficado para trás:

o país cresceu 7,5% em 2003 e deve crescer cerca de 6,5% em 2004. Estimativas de mercado recolhidas pelo Banco Central argentino estimam, para 2004, inflação da ordem de 7,3%, juros de 5,71% a.a., câmbio nominal de 2,99 pesos por dólar, exportações de US\$31,5 bilhões, importações de US\$17,1 bilhões (saldo favorável de US\$14,4 bilhões), desemprego de 14,1% e variação positiva de salários de 10,11%.

Emprego

O Ministério do Trabalho divulgou, em 20 de janeiro de 2004, informe sobre a evolução do emprego na Argentina em 2003 e as perspectivas para 2004. Os dados revelam crescimento do emprego, tendência que provavelmente continuará, no médio prazo, dadas as projeções favoráveis para a economia argentina.

Segundo o informe, o forte crescimento do PIB produziu um aquecimento do mercado de trabalho e um crescimento em torno de 7,0% do emprego, com a criação de 680 mil novos postos. Isto permitiu uma redução de 4,1% pontos percentuais na taxa de desocupação do país, entre o primeiro e o terceiro trimestres de 2003 (de 20,4% para 16,3%). A geração de empregos intensificou-se no terceiro trimestre de 2003, com um crescimento médio mensal de 0,7%, e uma taxa anualizada superior a 8,5%.

As projeções de crescimento do PIB para o corrente ano (acima de 6%) apontam para uma expansão mínima de 4% no emprego em 2004. De acordo com relatório oficial, esta expansão se deve também à elasticidade emprego-PIB (variação do emprego em função da evolução do PIB), hoje superior àquela observada na década de 90. Teria ocorrido, assim, uma mudança no padrão de crescimento da economia, que, no presente, se fundamenta sobretudo em setores de mão-de-obra intensiva, como construção civil e têxteis. Outro setor que se destacou foi o de metal-mecânica, que, assim como outros da indústria, gerou novos empregos, ao beneficiar-se de um processo de substituição de importações propiciado pela desvalorização cambial.

Comércio Exterior

De janeiro a novembro de 2003, a Argentina exportou o equivalente a US\$26,96 bilhões (aumento de 13,69% em relação aos primeiros onze meses de 2002) e importou o equivalente a US\$12,31 bilhões (aumento de 50%). O saldo comercial do país, no período, foi de US\$14,65 bilhões.

A expansão das vendas deveu-se, sobretudo, o melhor desempenho fora da América Latina, e se explica fundamentalmente por uma melhora dos preços de combustíveis, manufaturas de origem agrícola e bens primários. No lado das importações, o que se registrou foi um aumento de volumes adquiridos, fundamentalmente bens intermediários e de capital, o que evidencia a recuperação econômica em curso.

Em todo o ano de 2004, o comércio bilateral Brasil-Argentina mobilizou US\$9,23 bilhões. As exportações brasileiras para a Argentina ascenderam a US\$ 2,62 bilhões (84,53% superiores a 2002) e as importações atingiram a cifra de US\$ 3,02 bilhões (7,20% inferiores a 2002). A Argentina obteve saldo da ordem de US\$394 milhões (83,5% inferior a 2002).

Relações Bilaterais

Com a assunção do Presidente Kirchner, em 25 de maio de 2003, anunciava-se um período extremamente promissor para o relacionamento bilateral Brasil-Argentina. Em Brasília e em Buenos Aires, dois Governos em início de mandato registravam convergência muito ampla de prioridades: ambos sublinhavam a conveniência de maior integração regional e ambos viam no relacionamento especial entre Brasil e Argentina, no âmbito do Mercosul, o cerne desse projeto integrador.

Não foram poucos os gestos de Kirchner e de seu Chanceler Rafael Bielsa a demonstrar o desejo de fortalecer a aliança estratégica Brasil – Argentina. Nos primeiros dias de Governo, Bielsa surpreendeu brasileiros e argentinos com declarações simpáticas à liderança brasileira na América do Sul e favoráveis ao desejo brasileiro de integrar o Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro permanente.

Muito embora algumas dessas declarações – notadamente aquela referente ao pleito brasileiro de integrar o CSNU como membro permanente – tenham sido posteriormente matizadas, permanece o fato de que, ao longo do ano, as políticas exteriores do Brasil e da Argentina registraram notável convergência, de que dão testemunho as duas visitas presidenciais realizadas (11/06 e 16/10), a estreita coordenação que vem pautando a ação dos dois Governos nas negociações da Alca e o compromisso brasileiro de incorporar um diplomata argentino a sua delegação no CSNU em 2004, gesto que será retribuído pela Argentina em 2006.

Nas duas visitas presidenciais realizadas (11/06 e 16/10), ambos os Governos estabeleceram um ambicioso programa de trabalho, com metas nas áreas de

fortalecimento do Mercosul, integração física, coordenação macroeconômica, concertação política, negociações conjuntas com outros parceiros comerciais, cooperação técnica e cultural e facilitação da circulação de nacionais de um país no território do outro.

Em 2004, Brasil e Argentina devem manter contatos ainda mais freqüentes com vistas a implementar o programa de trabalho acordado nas visitas presidenciais. No campo político, avulta em importância a realização da II Reunião do Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação sobre Temas de Segurança e Defesa (“Itaipava II”), na cidade argentina de Calafate, com a participação dos Chanceleres e Ministros da Defesa de ambos os países. O evento, a realizar-se por determinação do Comunicado Conjunto de 11/06, deverá ser marcado para o primeiro semestre de 2004.

No campo econômico, devem ter seguimento os encontros mantidos pelo Secretário-Executivo do MDIC, Márcio Fortes de Almeida, com o Secretário da Indústria argentino, no âmbito da Comissão de Monitoramento do Comércio formalizada pelo **Memorandum** de 16-10-2003.

Aliança Estratégica Brasil-Argentina

O Acordo por Troca de Notas de 10-3-1994, assinado pelo Chanceler Celso Amorim, estabelece o Sistema de Consulta e Coordenação Brasil-Argentina, o qual prevê, entre outros encontros, reuniões quadrimestrais de uma Comissão de Assuntos Políticos (chefiada por Vice-Chanceleres ou altos funcionários diplomáticos designados), e de uma Comissão de Assuntos Econômicos, Comerciais e de Integração (em nível de Subsecretários). A reunião das Comissões pode ser conjunta, caso em que assume caráter de reunião de coordenação, presidida pelos Vice-Chanceleres.

Enquanto a área econômico-comercial ganhou dinâmica própria, no contexto do Mercosul, as reuniões bilaterais de Vice-Chanceleres e de Subsecretários (no lado brasileiro, SGAS) concentraram-se em temas políticos, no âmbito do Sistema Permanente de Consulta e Coordenação Política (**non-paper** brasileiro de 29-1-2001). Após um intervalo de quase dois anos, a Reunião de Vice-Chanceleres voltou a realizar-se em 25 de março de 2003, em Buenos Aires, e em 5 de maio do mesmo ano, em Brasília. Nesse ínterim, o Sistema Permanente operou em nível de Subsecretários, com reuniões em 20 e 21-6-2002 (Buenos Aires), 15-10-2002 (Brasília) e 11 e 12-12-2003 (Buenos Aires).

Na Declaração Presidencial do Rio de Janeiro, de 27-4-1997, foi adotado o conceito de Aliança Estratégica: “juntos, estamos construindo uma profunda e verdadeira aliança estratégica” (...) “Argentina e Brasil continuarão a estar juntos. Nossa aliança estratégica já é um elemento central e permanente de nossos respectivos projetos nacionais e constitui o melhor instrumento para o desenvolvimento de nossos povos”. Na retórica da atual administração argentina, o termo “aliança” – considerado de conotação defensiva por alguns analistas locais – às vezes é substituído por “associação”.

O Mecanismo Permanente de Consulta e Coordenação Bilateral em matéria de Defesa e Segurança Internacional foi criado por Memorando de Entendimento de 27-4-1997, assinado na mesma ocasião da Declaração do Rio de Janeiro. A I Reunião Ministerial do Mecanismo foi realizada em Itaipava (RJ), em 31-7 e 1º-8-1997. A I Reunião de Itaipava criou o Mecanismo de Análise Estratégica, em nível de Subsecretários (MRE e Defesa), para servir de instância preparatória das Reuniões Ministeriais. Foram realizadas duas reuniões do Mecanismo de Análise Estratégica, em 6-10-2000 e 14-10-2002.

Por ocasião da Reunião Tri-Ministerial (MRE, Fazenda e Defesa) em Buenos Aires, em 27 e 28-4-2000, os Ministros da Defesa dos dois países criaram Grupo de Trabalho Bilateral de Defesa (GTBD), que vem mantendo reuniões regulares. Os Ministros da Defesa, ademais, realizaram diversas reuniões informais.

Na Declaração Presidencial de 16-10-2003, os Presidentes Lula e Kirchner “congratularam-se pela consolidação do processo de integração bilateral que norteou a constituição da associação estratégica como destino natural dos esforços empreendidos ao longo da história e destacaram a importância do entendimento e da consulta permanente entre ambos os Chefes de Estado em temas substantivos.”

O Consenso de Buenos Aires

Por ocasião da visita de Estado de 16 e 17 de outubro, os mandatários do Brasil e da Argentina firmaram o Consenso de Buenos Aires, declaração de valores pelos quais ambos os Governos pretendem pautar suas condutas na adoção de políticas internas e na condução de seus negócios exteriores. O documento, demarcado conteúdo social, consagra uma vi-

são comum em temas como o combate à pobreza, o fortalecimento do Mercosul, a importância da consolidação da democracia na região e a defesa do meio ambiente e do multilateralismo.

Um dos aspectos mais importantes do documento é a reafirmação, por ambos os Presidentes, do

papel central do Estado na promoção do desenvolvimento e na correção das desigualdades sociais.

(À Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.)

Publicado no **Diário do Senado Federal** de 05 - 02 - 2004